



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 29/04/2014 17:45:19, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0008279-43.2011.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução**
 Requerentes: **Angelo Augusto Picin Oioli e Reynaldo Peccin Oioli**
 Requerido: **Fernando Picim Oioli**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Autores: Angelo Augusto Picin Oioli e Reynaldo Peccin Oioli

Réu : Fernando Picim Oioli

A sentença proferida às fls. 285/290 declarou dissolvida parcialmente a empresa por cotas de responsabilidade limitada denominada "Oioli, Oioli & Cia Ltda" desde 29.06.2011, com a retirada do sócio réu FERNANDO PICIN OIOLI, possibilitando a alteração do quadro social, ordenando a realização da liquidação para apurar eventual direito de reembolso ou de restituição, observando-se o disposto no art. 1.031, do Código Civil, sem prejuízo dos sócio que persistirem suprirem o valor da cota do retirante.

Laudo pericial às fls. 319/862. Houve impugnação ao laudo. Esclarecimentos do perito às fls. 908/913, 924/931, 1.007/1.010 e 1.021/1.029. Nova impugnação

0008279-43.2011.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

e documentos à fls. 1.042/1.057. O réu manifestou-se às fls. 1.062/1.063.

É o relatório. Fundamento e decido.

A cláusula VIII do Instrumento de Alteração do Contrato Social da empresa (fl. 23) prevê "o sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar ao outro sócio com antecedência mínima de 30 dias, por escrito, em carta registrada, ou então por meio de balanço e reavaliação ponderada dos valores ativos, sendo assim apurados e pagos seus haveres".

Essa disposição contratual ajusta-se ao quanto disposto no art. 1.031, do Código Civil. O laudo pericial desenvolveu-se por esse critério legal e identificou o valor do patrimônio líquido contábil como sendo R\$ 634.939,64 e o fundo de comércio contábil no valor de R\$ 614.005,60, num total de R\$ 1.248.945,24.

O réu teria 22% de participação na sociedade limitada, ou seja, R\$ 274.767,95. Sucede que às fls. 929/930 o vistor apurou que o valor do Fundo do Comércio da Empresa, em 29 de junho de 2011, corresponde ao Valor Presente Líquido (VPL), identificando-o como sendo R\$ 523.971,53, enquanto o patrimônio líquido contábil se manteve tal como anteriormente apurado. A somatória do patrimônio líquido e do fundo de comércio atingiu R\$ 1.158.911,17, enquanto os 22% da participação do réu atingiram R\$ 254.960,46, em 29.06.2011.

O patrimônio líquido contábil mencionado corresponde àquele constante do balanço especial encerrado em 29.06.2011 (letra "b" de fl. 289), conforme fl. 324. O perito destacou que o "fundo de comércio" corresponde ao "ALGO MAIS" de uma empresa. O critério desenvolvido pelo perito às fls. 325/328 é acolhido por este juiz, dada a sua razoabilidade. Os autores não trouxeram nada de relevante capaz de desmerecer a metodologia utilizada pelo vistor na identificação do correspondente valor.

As impugnações dos autores resumidas à fl. 887 foram enfrentadas superiormente pelos esclarecimentos de fls. 909/912, tendo o perito rebatido cada um daqueles questionamentos. Destacou que a avaliação de empresas "se faz na data-base do Balanço de Determinação. (...) A empresa mantém suas atividades apesar da retirada de um ou mais sócios, seus resultados futuros, contados a partir dessa data-base, já estarão disponíveis e serão conhecidos. Todavia, não se prestam para avaliar a empresa porque o sócio afastado não participou da gestão que os gerou. Por outro lado, a parte do patrimônio que deverá ser paga ao sócio retirante permaneceu na empresa,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

além da data do levantamento do Balando de Determinação. Este capital – que continuou sendo gerido pelo sócios remanescentes – gerou, ou poderia ter gerado, novos resultados que pertencem às partes. Logo, ao sócio retirante deve ser garantida a renda que este capital proporcionou e isto independente dos resultados obtidos depois de seu afastamento, sejam lucros ou prejuízos".

A escolha do avaliador quanto à taxa de juros de 6% ao ano, idêntica à de caderneta de poupança, também se mostrou razoável, pois como bem destacado à fl. 910 "os investimentos em caderneta de poupança são conceituados de risco zero".

Dignas de registro são as observações exaradas pelo vistor à fl. 912: "(...) no que concerne ao contexto macroeconômico, com todo respeito, ele se reflete nos próprios balanços contábeis; ao perito não cabe modificar o resultado expresso nos balanços apresentados; da mesma forma, nenhum exame, vistoria ou avaliação (CPC, art. 420) permite alterar a realidade apresentada pelos balanços da empresa (fato passado); esses balanços representam o grau de participação da empresa no mercado em termos das vendas; fração do mercado controlada por ela (market share), etc". O perito observou às fls. 925/926 que "nenhum elemento nos autos induz concluir existir 'passivo oculto', seja trabalhista, fiscal ou ambiental. A questão, sob o aspecto fático-contábil, resta prejudicada à falta de maiores elementos".

À fl. 931 o vistor trouxe pertinente registro do que se verifica em situações análogas às dos autos: "o sócio que se retira ao requerer sua parte na sociedade tende a superavaliar o valor da empresa; em contrapartida, quem permanece procura subavaliá-la; há sempre uma "discrepância" constatável entre o que se informa ter e o que na realidade um empreendimento tem".

Os autores trouxeram para os autos o trabalho de fls. 961/975 que cuida da avaliação de empresas em apuração de haveres judiciais. Considerando as novas investidas dos autores criticando a metodologia do trabalho pericial, o perito trouxe os esclarecimentos de fls. 1.008/1.010 e os complementou às fls. 1.022/1.028. Deixou claro que "não há como apurar o denominado 'passivo oculto trabalhista', pois disso não se trata" (fls. 1.025/1.028) e, de modo peremptório, apresentou segura conclusão à fl. 1.028: "(...) se a empresa não realizou as provisões e contingências que julgava apropriadas, não pode, agora, providenciá-las com o único propósito de reduzir o patrimônio líquido, pois como exposto anteriormente, a contabilidade segue princípios que impedem esse perito de cumprir o que fora requerido, pois estaria a negligenciar aqueles princípios". Esses princípios estão indicados às fls. 1.022/1.025.

Apropriada, ainda, a observação do perito lançada no item 2.4 de fl. 1.028, pois o réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

não era sócio-administrador. O sócio-administrador autor afirmou "não ter contabilizado o contrato conta-corrente garantida cartões (fl. 943) e quer imputar sua negligência administrativa ao sócio retirante (...)". A ausência do registro contábil do contrato de fls. 941/943 não beneficia os autores-negligentes. Correta a postura do perito judicial.

A simulação de fls. 1.053/1.055 não favorece a tese dos autores, a qual se rende aos superiores e judiciosos fundamentos contábeis que sustentam o trabalho do perito.

Portanto, os autores deverão pagar ao sócio retirante e réu Fernando Picin Oioli, no prazo de 90 dias, o valor da cota liquidada, qual seja, R\$ 254.960,46, com correção monetária desde 29.06.2011. Os juros moratórios de 1% ao mês incidirão a partir do 91º dia depois da data do trânsito em julgado.

JULGO PROCEDENTE a fase de liquidação da cota (22%) da participação societária de FERNANDO PICIN OIOLI, para condenar os autores Ângelo Augusto Picin Oioli e Reynaldo Peccin Oioli a pagarem ao sócio excluído o valor de R\$ 254.960,46, com correção monetária desde 29.06.2011. Os juros moratórios de 1% ao mês incidirão a partir do 91º dia depois da data do trânsito em julgado. Condeno os autores a pagarem a esse réu o valor de R\$ 6.000,00 de honorários advocatícios, arbitrados nos termos do § 4º, do art. 20, do CPC, custas do processo, as de reembolso e despesas periciais já satisfeitas pelos autores. Essas despesas referem-se apenas à fase de apuração dos haveres. As cotas liquidadas serão partilhadas em partes iguais entre os autores, regularizando-se, oportunamente, a alteração do quadro social

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA